



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GABINETE

**Informação nº 370/2023 – Segedam**

**Processo nº 00600-00012980/2022-39-e**

**Assunto: 1º Termo Aditivo de prorrogação ao Contrato nº 37/2022 – PPN  
TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.**

Senhor Presidente,

Diante da manifestação favorável da douta Consultoria Jurídica da Presidência, expressa na Nota nº 255/2023-CJP, peça nº 101, e nos termos da proposição da Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio, peça nº 96, solicito **autorização para realizar a prorrogação do Contrato**, cujo objeto é a prestação de serviço de modernização tecnológica da solução SAS Fraud Framework (SFF) for Government, já adquirida pelo TCDF, para a solução SAS Detection and Investigation (SDI) for Government, com licenciamento perpétuo, sem prejuízo das funcionalidades já existentes, com suporte técnico especializado no gerenciamento e aplicação da ferramenta, atualização de versão e garantia do fabricante.

A contratação foi processada por meio do Pregão Eletrônico nº 42/2022 (peça nº 29), no qual se sagrou vencedora a empresa **PPN TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA**, tendo sido firmado o Contrato nº 37/2022 por 12 (doze) meses, com vigência até **28.12.2023** (peça nº 64).

Nesse momento, analisam-se as medidas administrativas voltadas à prorrogação contratual, por mais 12 (doze) meses, nos termos da minuta acostada à peça nº 95.

Assim, o Serviço de Contratos – Serco consultou o Núcleo de Informações Estratégicas - NIE acerca de seu interesse na continuidade dos serviços. Por e-mail, o executor do ajuste manifestou-se favorável à prorrogação à peça nº 89.

Diante disso, a contratada foi consultada acerca de seu interesse na manutenção do contrato (peça nº 90). Em resposta, a Interessada concordou com a prorrogação e resguardou seu direito ao reajuste previsto na Cláusula Sexta do Contrato (peça nº 91).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GABINETE

Com o objetivo de verificar a vantajosidade da presente prorrogação contratual, o Serviço de Contratos – Serco efetuou pesquisa de mercado com verificação de sites de transparência de diversos órgãos públicos, onde observou-se a incompatibilidade ou inexistência de ajustes com o objeto em questão, tendo sido encontrados somente dois contratos parecidos ao do TCDF (peça 92), que estão acima do preço praticado por esta Corte de Contas.

Por outro lado, segundo ainda o Serco, “o preço atual praticado representa um valor de 14,77% abaixo daquele apresentado pela Contratada em sua proposta original (pç. 3)”.

O Serviço de Contrato (peça nº 96) ressalta que a Instrução Normativa nº 5/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SEGES/MP, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934, de 15 de março de 2018, possibilita a dispensa da realização de pesquisa de mercado nos casos em que o contrato contenha previsão de que o reajuste dos itens envolvendo insumos e materiais serão efetuados com base em índices oficiais. Entende a unidade instrutiva que o contrato em questão se enquadra nessa situação.

Todos os documentos necessários à concretização do ajuste foram acostados à peças nºs 94 e 99, estando em plena validade.

À peça nº 98, a Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças informa que o saldo orçamentário atual é suficiente para atender a despesa com a assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 37/2022, no valor total de R\$ 554.400,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais), para o período de 29/12/2023 a 28/12/2024.

Brasília-DF, 10 de outubro de 2023.

**PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA**  
Secretária-Geral de Administração



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GABINETE

**Processo nº** 00600-00012980/2022-39-e

**Assunto:** 1º Termo Aditivo de prorrogação ao Contrato nº 37/2022 – **PPN TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.**

De acordo com a instrução produzida pela Secretaria-Geral de Administração, com a manifestação favorável da Consultoria Jurídica da Presidência, contida na Nota nº 255/2023; e, no uso das competências a mim atribuídas pelo art. 68, inciso IV da LO/TCDF, c/c o art. 16, inciso XXXVII do RI/TCDF, **AUTORIZO** a realização do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 37/2022, firmado com a empresa **PPN TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.**, visando à prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, nos termos da minuta acostada à peça nº 95, com amparo no art. 57, inciso IV da Lei nº 8.666/1993, condicionada à verificação da validade das certidões negativas e demais documentos exigidos na contratação.

Brasília-DF, em 10 de outubro de 2023.

**MÁRCIO MICHEL**  
Presidente